

Um 'sim' ao Francês

A conjugação, de que se tem feito eco a imprensa ultimamente, de intervenções políticas avulsas a favor da generalização do castelhano no nosso sistema de ensino, e da tentativa, por parte do ME, de formar rapidamente docentes desse mesmo idioma, nem sempre cumprindo os requisitos de qualidade científica e pedagógica, configura (mais) um disparate que poderá traduzir-se, a prazo, numa infeliz especialidade lusa: a de deitar fora o bebé juntamente com a água do banho.

Vem isto a propósito da situação do ensino das línguas estrangeiras no ensino oficial em Portugal, e mais propriamente do ensino da língua francesa.

À revelia dos compromissos em matéria de multilinguismo assumidos pela República em vários fóruns internacionais e dos protocolos firmados com a França, a diversidade da oferta em idiomas estrangeiros, e a eficaz duração desse ensino, continuam a não ter expressão no sistema de ensino português, como ficou claro no estudo da Comissão Europeia: *Efeitos na Economia Europeia da Escassez de Competências em Línguas Estrangeiras nas Empresas*.

É histórica a nossa relação com a língua francesa, secularmente associada a uma vocação humanista e a valores universais, para além da nossa forte presença migratória em países francófonos, mas tal não deve depreciar o papel deste idioma

no quadro globalizado actual, ou como trunfo nas trocas económicas e culturais do momento.

Assim, é um facto que o francês é língua veicular em todos os continentes. É língua oficial ou privilegiada em perto de quarenta Estados (nomeadamente em África, e com penetração nos PALOPs). É língua oficial e de trabalho em todos os organismos europeus e internacionais (com sedes em cidades francófonas). É a língua de projectos de vanguarda do desenvolvimento, da inovação tecnológica e da investigação científica. É uma das línguas maternas de países cuja identidade e cujo desenvolvimento social e económico assentam no respeito pela diversidade cultural e linguística dos seus povos.

Não se trata aqui de recuperar um passado prestigioso, mas antes de chamar a atenção para os benefícios inequívocos e objectivos de uma formação atenta às potencialidades económicas e geopolíticas da vasta Francofonia enquanto espaço de mediação cultural, como também, e até sobretudo, mercado económico; bastando lembrar a importância das nossas trocas comerciais com países francófonos.

Centenas dos nossos estudantes preferem as universidades francófonas, até pela gratuidade dos cursos, para destino de estudo em programas de mobilidade universitária europeia como o *Erasmus*. A afluência aos cursos livres de francês nas universidades, assim como as inscrições nas certificações DELF/DALF, a que se junta a

experiência positiva das *Secções Europeias de língua francesa* em algumas escolas, traduzem essa procura real do francês, à qual acresce a busca de saídas profissionais em vários países francófonos.

Não é por acaso, também, que a aprendizagem da língua francesa progride em potências emergentes como a China, ou em países africanos anglófonos ou lusófonos, conscientes das várias potencialidades ligadas ao francês.

Entre nós, perto de trezentos mil alunos têm, a partir do 7º ano de escolaridade, um contacto com a disciplina de francês *forçosamente* como *segunda* língua estrangeira. Nem sempre a aprendizagem do francês é estimulada ou sequer tolerada como opção aquando das inscrições, num claro desrespeito pela Lei e pelos requisitos europeus, e desaproveitamento de recursos.

Verificamos atitudes dúbias relativamente ao lugar que o francês deve ocupar nas ofertas educativas, tanto mais que as opções ministeriais repercutem-se, em círculo vicioso, *via* Direcções Regionais de Ensino e conselhos executivos, na «opção» dos alunos. Tal sucede por «imperativos de gestão curricular», e outras justificações que roçam o facilitismo e o curtíssimo prazo, relegando o francês para um estatuto que a realidade geopolítica e geolinguística não avaliza.

A alergia para com o francês, ignorando a di-

versidade cultural transcontinental que o seu uso reconhece e dignifica, espelha menos uma qualquer *decadência* (apenas explicável pelo seu ímpar estatuto histórico entre nós até ao final dos anos setenta), do que mais um sinal da cultura do rápido e do descartável. Só uma visão tacanha, imediatista e facilitista do país e do seu futuro poderá postergar a valiosa componente francófona da nossa formação e da nossa relação estratégica com o Mundo global, que é como quem diz, da nossa *identidade*.

Por estas e outras razões, os signatários deste documento reafirmam o seu apego ao ensino da língua francesa entre nós num quadro de escrupuloso respeito pelo multilinguismo. ●

A Direcção da APEF – Associação Portuguesa de Estudos Franceses

Subscrito por

Ana Luísa Amaral, Ana Paula Arnaut, Ana Paula Coutinho Mendes, Cristina Avelino, Cristina Robalo Cordeiro, Gastão Cruz, João Lobo Antunes, Jorge Morais Barbosa, José Carlos Seabra Pereira, Liberto Cruz, Luís de Moura Rodrigues, Luís Valente de Oliveira, Luiz Francisco Rebello, Manuel Alegre, Manuel António Pina, Maria Alzira Seixo, Maria João Monteiro Brilhante, Maria João Reynaud, Mário Cláudio, Nuno Júdice, Vítor Aguiar e Silva, Zita Seabra

Para subscrever este Manifesto visite o site da APEF